

## A T A S

## ATA DA 540ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

**ATA** – Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, no Auditório Abrahão de Moraes, reuniu-se, em 1ª Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diretor, Prof. Dr. Marcos Nogueira Martins, com a presença dos seguintes membros: Prof. Dr. Manfredo Harri Tabacniks; **Professores Titulares:** Profs. Drs. Edilson Crema (após 9h32min), Fernando Silveira Navarra (até 11h57min), Gennady Gusev, Gil da Costa Marques (das 9h34min às 9h47min), João Carlos Alves Barata (após 09h24min), Luiz Carlos Chamon (das 9h49min às 11h57min), Manoel Roberto Robilotta (das 9h27 às 11h57min), Márcia Carvalho de Abreu Fantini, Maria Teresa Moura Lamy (até as 11h57min), Marília Junqueira Caldas (após 9h58min), Nelson Carlin Filho, Nestor Felipe Caticha Alfonso (após 12h12min), Oscar José Pinto Éboli, Renata Zukanovich Funchal (até 11h01min), Victor de Oliveira Rivelles (das 9h42min às 12h07min) e Vito Roberto Vanin (das 9h26 às 9h52min); **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Rosângela Itri (até 12h09min), Ivone Freire da Mota e Albuquerque (após 10h58min), José Carlos Sartorelli (Suplente), Gustavo Alberto Burdman, Antonio Domingues dos Santos e Elisabeth Mateus Yoshimura; **Presidentes de Comissões:** Profs. Drs. Alexandre Alarcon do Passo Suaide, Paulo Alberto Nussenzveig, Adriano Mesquita Alencar e Daniel Reinaldo Cornejo; **Professores Associados:** Profs. Drs. Alain André Quivy, Kaline Rabelo Coutinho (após 9h41min), Diego Trancanelli (Suplente) (após 10h35min), Euzi Conceição Fernandes da Silva, Masao Matsuoka (Suplente), Lucy Vitória Credidio Assali (Suplente) (após 9h30min), Arnaldo Gammal (das 9h54min às 12h06min), Rubens Lichtenthaller Filho (Suplente) (após 10h14min), Marcelo Gameiro Munhoz (após 10h02min), Paulo Roberto Costa, Cristiano L. Pinto de Oliveira (após 10h07min), Márcio Teixeira do N. Varella (após 10h07min), Suhaila Maluf Shibli (Suplente) (até 12h02min), José Roberto B. de Oliveira, Carla Goldman (Suplente) (após 10h21min), Domingos Humberto Urbano Marchetti (após 10h19min), Nilberto Heder Medina e Márcia de Almeida Rizzutto; **Professores Doutores:** Profs. Drs. Leandro Ramos Souza Barbosa, José Fernando Diniz Chubaci (até 11h04min), Alexandre Lima Correia, Nemitala Added, Ewout ter Haar, Cristiano Rodrigues de Mattos, Rafael Sá de Freitas, Ivã Gurgel e Enrico Bertuzzo; **Representantes Discentes:** **Graduação:** Maria Afeche Cipolla (Suplente), Zeca Ribeiro de Carvalho (após 9h30min), Barbra Miguele de Sá, Danilo Lessa Bernardineli, Fernando de Almeida Passos (até 11h43min) e Marcelo J. Broinizi Pereira; **Representantes dos Servidores não docentes:** Srs. Francisco Antonio Brinço e Eliane Pereira de Souza. Encontra-se em férias o seguinte membro docente: **Professores Associados:** Profa. Dra. Frédérique Marie Brigitte Sylvie Grassi. Encontram-se em licença-prêmio os seguintes membros docentes: **Chefes de Departamento:** Prof. Dr. Mário José de Oliveira; **Presidentes de Comissões:** Prof. Dr. André de Pinho Vieira (Suplente); **Professores Associados:** Ana Regina Blak (Suplente), Carlos Eugênio I. Carneiro (Suplente), Luís Raul Weber Abramo, Helena Maria Petrilli (Suplente) e Said Rahnamaye Rabbani; **Professores Doutores:** Profas. Dras. Carmen Silvia M. Partiti e Anne Louise Scarinci Peres (Suplente). Encontram-se afastados os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Antônio José Roque da Silva, Iberê Luiz Caldas, Marina Nielsen e Ricardo Magnus Osório Galvão; **Chefes de Departamento:** Prof. Dr. Antônio Martins Figueiredo Neto; **Professores Associados:** Profs. Drs. Valdir Guimarães, Sérgio Luiz Morelhão (Suplente) e Marcelo Martinelli (Suplente). Justificaram suas ausências os seguintes membros: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Adilson José da Silva, André Bohomoletz Henriques, Elcio Abdalla, Josif Frenkel, Renato de Figueiredo Jardim, Roberto Vicençotto Ribas e



## A T A S

Sylvio R. Accioly Canuto; **Professores Associados**: Dr. Dr. Airton Deppman; **Professores Doutores**: Prof. Marco Bregant (Suplente), Cristina Leite e sua suplente Suzana Salem Vasconcelos; **Representantes dos Servidores não docentes**: Srs. José Valdir Spadacini e Demóstenes José de Melo (Suplente). Não compareceram à reunião e não apresentaram justificativas para suas ausências os seguintes membros: **Representantes Discentes: Pós-Graduação**: Rivaldo Vieira Xavier Junior e sua suplente Raissa Lima de Oblitas. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. O **Senhor Diretor** iniciou a reunião às 9h24min, agradecendo a presença de todos. Passou então ao **Item I.1 - Comunicações do Diretor**: a) Portaria GR-7237, de 25.04.2018, que designa o Coordenador de Administração Geral Adjunto, na qualidade de Presidente, e indicação de 03 (três) membros, pelo Reitor, para comporem a Comissão de Análise de Mobilidade de Servidores USP. b) Portarias do Vice-Reitor, no exercício da Reitoria, de 25.04.18, designando David Hosokawa Griman, João Maria Caldeira Pacheco e Vera Maria de Toledo Leone Sarro para comporem a Comissão de Análise de Mobilidade de Servidores USP, na qualidade de membros indicados pelo Reitor; declarando cessados, outrossim, os efeitos da designação de Paulo de Tarso Artency Muzy para compor a referida Comissão. c) Distribuição dos encargos didáticos do 1º semestre de 2018, aprovada pelo Departamento de Física Matemática. d) Evento “Sua pós mundo afora”, a ser realizado no dia 29.05.18, às 14h30, na sala 208/209 da Ala Central do IFUSP. O **Senhor Diretor** esclareceu que esse evento está sendo organizado pelas funcionárias Renata Matsumoto e Malu Tippi, para tratar de mobilidade dos estudantes de pós-graduação. Disse que vários estudantes de graduação também se interessaram pelo assunto e nossa intenção é fazer com que não só a mobilidade aumente, mas também que os nossos alunos interajam e participem mais da recepção dos estudantes estrangeiros que aqui chegam. Ou seja, é uma forma de tentar chamá-los para esse tipo de questão. **Item I.1a - Defenderam Dissertações de Mestrado (04 alunos)**: Gabriel Nicolaz Nagaoka: “Introdução às anomalias conformes e os teoremas C&F”. Orientador: Prof. Diego Trancanelli. Lorena Paola Robayo Puerto: “Simulação Monte Carlo do processo de aquisição de imagens de um tomógrafo de dupla energia”. Orientador: Prof. Paulo Roberto Costa. Raul Leonardo Rincon Celis: “Desenvolvendo novas fontes de estados coerentes da luz para aplicações em física atômica”. Orientador: Prof. Marcelo Martinelli. Renato Vasconcelos Coura Soares: “Estudo das propriedades óticas e elétricas de filmes finos de óxido de zinco”. Orientador: Prof. José Fernando Diniz Chubaci. **Item I.1b - Defenderam Teses de Doutorado (05 alunos)**: André de Souza Freitas: “Estudo de reação  $10B+^{120}Sn$  em energias em torno da barreira Coulombiana utilizando diferentes técnicas experimentais”. Orientador: Prof. Leandro Romero Gasques. Daniela Akiko Nomura: “Caracterização estrutural de dispersões aquosas de lipídios aniônicos”. Orientador: Profa. Maria Teresa Moura Lamy. Elisa Morandé Sales: “Estudo das interações proteína-proteína, proteína-membranas e proteína-agentes desnaturantes por espalhamento de raios-X a baixos ângulos”. Orientador: Profa. Rosângela Itri. Oscar Alberto Barbosa Bohorquez: “Produção de entropia e comportamento crítico em modelos irreversíveis com simetria C3U”. Orientador: Profa. Tânia Tomé Martins de Castro. Rayssa Bruzaca de Andrade: “Oscilador paramétrico ótico para uma interface átomos-luz”. Orientador: Prof. Paulo Alberto Nussenzveig. **Item I.3 - Comunicações do Representante da Congregação no Conselho Universitário**. O **Prof. Fernando Navarra** informou que vai haver uma reunião do Conselho Universitário na próxima terça-feira na qual vai ser discutida a proposta do

## A T A S

CRUESP de aumento de um e meio por cento do salário e que gostaria de ouvir opiniões da Congregação sobre essa proposta. Mais especificamente na pauta do Conselho Universitário, além do anúncio do tópico que vai ser votado, tem um parecer da COP que é contrária a esse aumento. Disse não saber se o Senhor Diretor, que é membro da COP, vai falar sobre esse assunto, mas que também gostaria de ouvir algum comentário a respeito e, por outro lado, os colegas da ADUSP sempre apresentam aquelas contas, que não teve tempo e maneiras de entender direito, mas que eles contestam o tratamento que o Estado tem dado às universidades, discutem a base de cálculo do ICMS, o repasse etc., uma série de coisas. Disse que pessoalmente tem acompanhado as planilhas, a arrecadação e todos esses boletins da CODAGE nos quais já vimos no ano passado que a situação continua difícil e que a arrecadação é pequena, a economia não cresceu e a arrecadação não cresceu correspondentemente, e temos um problema com a folha de pagamento. Por outro lado, não vê uma manifestação mais clara da Reitoria, pelo menos admitindo que a perda existe. Só nos últimos 3 anos tivemos perda de mais de 12% do poder aquisitivo e ainda que estejamos dispostos a fazer sacrifícios, essa disposição tem um limite. Disse que gostaríamos de ouvir, na sua opinião, que se for adotado um reajuste 0 ou 1%, que é quase a mesma coisa, que seja pelo menos admitido que tivemos essa perda e que seja proposto um plano de recomposição para quando for possível. O **Senhor Diretor** disse que não tinha pensado em discutir esse assunto aqui, principalmente na seção de comunicações, porém, diante das colocações do Prof. Fernando iria se manifestar. Disse que a COP se manifestou por unanimidade contra a proposta de aumento de reposição de um e meio por cento com base na situação financeira e orçamentária que a Universidade tem hoje e diante das perspectivas que se apresentam para o futuro de curto e médio prazos, ou seja, falando em 5 anos que é o horizonte que foi avaliado pela COP no final do ano passado para fazer uma projeção de cinco anos. Prosseguiu dizendo que a previsão do orçamento deste ano contempla um déficit de 250 milhões de reais aproximadamente. Disse que apareceu um dinheiro novo que é relativo à cota parte dos royalties do petróleo, mas que tem uma destinação meio amarrada, deu um problema na Assembleia Legislativa inclusive com isso, mas esse dinheiro não entra explicitamente no nosso orçamento. Explicou que ele abate um pouco do gasto que temos com os aposentados. Então, melhora a nossa condição, mas não entra no nosso orçamento porque tem uma destinação fixa relativa ao gasto com os aposentados. O fato é que com isso, nosso déficit em vez de duzentos e cinquenta milhões aproximadamente cairia para duzentos e dez milhões de reais e com o reajuste de um e meio por cento voltaria para próximo dos duzentos e cinquenta milhões de reais, por isso a COP considera que não seja hora de mexer nisso ainda. Disse que a perspectiva da Comissão é de que, se o país crescer 2,5% ao ano, e se a arrecadação do ICMS também crescer esses dois e meio por cento ao ano, deixamos de ter déficit em 2020, ou seja, temos déficit este ano, um déficit menor em 2019 e temos um pequeno superávit da ordem de 40 milhões ou 20 milhões em 2020. Isso se esse crescimento se materializar, coisa que atualmente ninguém sabe se vai acontecer; a situação não só econômica, mas política do país não é favorável para que assumamos riscos. Ou seja, uma vez que não sabemos quais são as perspectivas de crescimento da economia, não temos condições de fazer uma previsão de quando essas perdas poderiam ser recuperadas porque, pela projeção feita no final do ano passado, não vemos condições dessas perdas serem recuperadas antes de 2022 considerando um crescimento econômico de dois e meio por cento ao ano. Caso a economia comece a crescer muito, aí a coisa muda de figura. Porque quando chegarmos em 2022, vamos estar com a folha de pagamento próxima a 83 por cento da arrecadação do tesouro, que é a margem de segurança, uma vez que

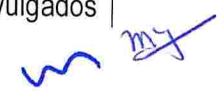
## A T A S

gastamos da ordem de 15% da arrecadação com custeio e investimentos. Disse que o Reitor esteve na reunião da COP da semana anterior para falar desse assunto, de eventualmente assumir um risco de dar um pequeno aumento. Disse que particularmente acha que esse um e meio por cento é uma perda dos dois lados, porque piora a situação orçamentária, financeira da Universidade e não satisfaz a comunidade porque um e meio por cento é um índice muito pequeno. Disse que essa é uma decisão política que cabe ao Reitor e que a COP analisa a questão do ponto de vista técnico e tecnicamente foi considerado que não é adequado dar esse aumento. Finalizou dizendo que na próxima terça-feira vai ser decidido como a Universidade irá agir, mas adiantou que votará contra o aumento.

**Item I.2 - Comunicações dos Presidentes das Comissões.** O **Prof. Adriano Alencar**, Presidente da Comissão de Pesquisa, disse que a Comissão está discutindo o SWOT. Pediu àqueles que tiverem pontos a serem destacados no SWOT em relação à pesquisa que conversem com os representantes de seus departamentos junto à Comissão para que esses pontos sejam apresentados o quanto antes, porque o prazo é curto para apresentarem uma definição do SWOT relativo à pesquisa. Com relação aos processos de pós-doc, disse que está sendo discutida a redução da quantidade de pareceres que são necessários enviar para os docentes em relação ao início e término de cada pós-doc. Com relação a isso, a Comissão de Pesquisa decidiu que no caso de pós-docs com bolsa não será mais necessário pedir parecer interno para o início e para o final; o que vai ser pedido é o parecer da própria agência de fomento. Quando isso for por intermédio de um INCT ou de uma outra instância, por exemplo Fundação USP que dê essa bolsa, um parecer do responsável pelo projeto é suficiente para o início e encerramento dos processos. No caso de pós-docs sem bolsa, esse sim vai tramitar de forma como era antes, ou seja, a CPq irá solicitar que um docente dê um parecer, tanto no início quanto no final da vigência do projeto. Disse que a Comissão irá solicitar um parecer e, passados 15 dias, se não o tiver recebido, a Comissão vai avaliar a possibilidade de encaminhar o processo a um segundo parecerista. Isso porque o que está acontecendo é que tem parecer que demora 4 meses para chegar à Comissão de Pesquisa. Informou que estão sendo abertas as inscrições para os colóquios do segundo semestre. Quanto ao PIBIC, disse que a Reitoria havia encerrado as inscrições na véspera. Disse que o número de inscritos foi mais ou menos o mesmo do ano passado, conforme foi comentado na reunião do Conselho de Pesquisa. Lembrou que quem não tinha o ORCID, não conseguiu fazer inscrição. mencionou que houve o caso de um docente que, próximo ao horário de encerramento das inscrições, por conta do ORCID, não conseguiu registrar dois alunos e que não sabia exatamente se foi possível registrá-los ou não. Lembrou que existe um site, que é [www.usp.br/orcid](http://www.usp.br/orcid), no qual se pode abrir um ORCID já vinculado à USP ou ainda vincular o seu ORCID à USP, ou seja, não basta ter o ORCID, ele deve estar vinculado ao docente da USP. O **Prof. Alexandre Suaide**, Presidente da Comissão de Graduação, lembrou que o formulário de distribuição de encargos didáticos está disponível aos docentes para preenchimento até o final da semana. Disse ainda que recentemente a Pró-Reitoria de Graduação lançou uma portaria que muda as regras de controle de frequência de disciplinas de graduação. Explicou que há um tempo a Reitoria tinha estabelecido que deveríamos realizar controles de frequência que pudessem ser auditáveis e de formas mais rígidas. Porém, essa última portaria revoga a portaria anterior e transfere para as Unidades o estabelecimento de regras internas para controle de frequência. Disse que seu entendimento é que ainda deve ser feito o controle de frequência, que o assunto foi discutido na última reunião da CG e que pretendem formular uma proposta, que considera razoavelmente bem adequada à nossa realidade, no sentido de que o controle de frequência deve ser feito através de listas de presença ou através de um outro

## A T A S

método qualquer que o docente responsável pela disciplina divulgue aos seus alunos no início do semestre de forma clara e objetiva. Disse que isso é mais ou menos o que acontece aqui no Instituto, cada disciplina tem um controle de frequência diferente, em algumas são passadas listas em todas as aulas, em outras, só se cobra presença em prova e assim por diante. Informou ainda que na semana passada houve uma reunião do Conselho de Graduação cuja pauta foi essencialmente a discussão do vestibular da Fuvest 2019. Houve várias modificações aprovadas para o vestibular de 2019 que, essencialmente foram mudanças na segunda fase do vestibular. Primeiramente, foi feita a uniformização na terminologia adotada entre o ENEM e a FUVEST. Ou seja, a FUVEST vai adotar a mesma terminologia do Enem para a reserva de vagas, que são: Ampla concorrência (AC), Escola Pública (EP), reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas (PPI). No ato da inscrição do vestibular, o candidato deve dizer em que modalidade ele pretende concorrer. Uma segunda modificação é a exclusão do bônus do sistema Fuvest. Esclareceu que a FUVEST oferecia um bônus na nota para alunos de escola pública e esse bônus vai ser extinto por conta da existência de reserva de vagas. Disse que o assunto foi bastante discutido na reunião do CoG e a sensação foi que as pessoas não estavam entendendo o que significava a reserva de vagas em relação ao bônus. Disse ainda que quando se faz reserva de vagas no vestibular da Fuvest, a ideia é que cada carreira tenha três notas de corte de agora em diante: uma para Ampla Concorrência (AC), uma para escola pública (EP) e uma para PPI. Dessa forma, não tem mais sentido se falar em bônus de nota, uma vez que quem já está em escola pública vai ter um processo de seleção com notas de corte adaptadas à realidade de quem vem da escola pública e assim por diante. Por essa razão, considera que a extinção do bônus na nota do vestibular é bastante sensata. Resumindo, para o vestibular 2019 vamos trabalhar com três tabelas de notas de corte na primeira fase. Disse que também foi aprovada a proposta de redução do número de chamadas de oito para seis, o que também gerou bastante debate, já que as pessoas não estavam entendendo o que significava isso, além da preocupação de se ter vagas ociosas ao final da sexta chamada. Porém, a ideia é que a sexta chamada não seja uma lista de chamada de pessoas classificadas. Ela será uma lista de espera: todos os alunos que participaram da segunda fase vão ter a sequência de classificação divulgada e a FUVEST vai entrar em contato com os candidatos de acordo com sua classificação nessa lista. A ideia é que o processo da última chamada seja mais dinâmico e que realmente preencha todas as vagas do vestibular. O Senhor Diretor perguntou até que momento do semestre isso pode acontecer. O Prof. Alexandre Suaide informou que isso não ficou claro, porque tem muitas coisas que dependem de questões técnicas de regulamentação, mas a ideia é que se tenha uma lista de espera de candidatos e que se use essa lista para preencher todas as vagas. Disse que houve também uma decisão de excluir o processo de reescolha feito a partir das últimas chamadas, no qual o aluno poderia optar por mudar de carreira. Explicou que como vai haver uma lista de espera, pretende-se preencher todas as vagas de acordo com a escolha inicial dos candidatos. Acrescentou que a última mudança no vestibular, e que talvez tenha sido a mais polêmica, foi a retirada do segundo dia de prova da segunda fase. Esclareceu que, até 2018, na segunda fase do vestibular da Fuvest, tínhamos três dias de prova sendo no primeiro dia, português e redação; no segundo dia, prova de conhecimentos gerais que abrange todas as matérias, e no terceiro dia, prova de conhecimentos específicos na qual cada Unidade decidia, dentre duas ou três provas, quais os alunos daquela carreira deveriam realizar. A razão da eliminação do segundo dia de prova deve-se ao fato de que existe uma correlação muito forte entre a nota da primeira fase e a nota da prova do segundo dia do vestibular em todas as carreiras. Disse que foram divulgados



## A T A S

gráficos dessa correlação e que poderia encaminhá-los aos interessados. Além disso, a redução do número de dias de prova de 3 para 2 permite uma economia e uma mudança na logística do vestibular de tal forma que a FUVEST possa convocar 4 candidatos por vaga para a segunda fase ao invés de 3, aumentando a chance desses candidatos conseguirem uma vaga na universidade. Disse que essas mudanças foram aprovadas sem grandes problemas, com uma ou outra abstenção, um ou outro voto contrário e que a proposta segue agora para o CO. O **Prof. Antonio Domingues** disse que não havia ficado claro se essa mudança de sistemática de bônus e reserva desaparece ou não na segunda fase. O **Prof. Suaide** disse que essa sistemática é preservada. Explicou que na segunda fase os candidatos vão ser classificados e só depois se informa quantos candidatos da Escola Pública preenchem as vagas e assim sucessivamente para EP e PPI. Disse que não estava claro se a reserva seria aplicada só depois na segunda fase, o que poderia impactar no ingresso desses alunos na segunda fase se você não tivesse notas de corte diferentes. O **Prof. Manfredo Tabacniks** disse que com essa lista de espera após a sexta chamada, estávamos recuperando a história de 1960, quando a USP tinha um vestibular no qual havia uma lista de espera para um grupo de excedentes que não entravam na USP, o que levou a uma confusão considerável. O **Prof. Alexandre Suaide** disse que não sabia exatamente como a FUVEST iria trabalhar com essa lista de espera, mas imaginava que, em algum momento, será anunciado que as vagas foram preenchidas. O **Senhor Diretor** explicou que naquela época, os candidatos entravam na justiça alegando que tinham sido aprovados no vestibular e que não havia vagas. Portanto, tratava-se de um problema administrativo e como tinham sido aprovados, tinham o direito de se matricular. Houve então uma mudança no conceito de vestibular, cujo resultado passou a ser classificatório e não aprovado ou reprovado. O **Prof. Alexandre Suaide** finalizou dizendo que, em relação ao vestibular, no ano passado aprovamos aqui no Instituto a inversão do número de vagas de ingresso do Bacharelado, que são atualmente 60 no diurno e 100 no noturno, para 100 no diurno e 60 no noturno, devido a um estudo feito do ingresso dos alunos nos últimos 10 anos, que mostra claramente que temos uma demanda mais alta para o diurno em relação ao noturno. Disse que essa mudança foi aprovada no CCV no ano passado e a expectativa é que esse assunto estivesse em pauta nas mudanças do vestibular desse ano, o que não aconteceu. Disse que averiguou o que havia acontecido e soube que no dia 11 de maio, quando se estava fazendo a pauta para a reunião do CoG, esse item chegou em alguma secretaria e se fez uma consulta à Procuradoria Geral sobre a viabilidade de se implementar essa mudança. Portanto, está-se aguardando um parecer que não chegou a tempo para a reunião do CoG. Dessa forma, estamos na expectativa de que, em algum momento ao longo do ano, a PG retorne com algum parecer que espera seja favorável à nossa solicitação para que possa ser aprovada, porém tem poucas esperanças de que haja tempo de que seja incluída no vestibular de 2019. O **Senhor Diretor** esclareceu que o pedido de análise chegou na Procuradoria Geral no dia 11 de maio, portanto, dois dias antes da reunião do CoG. Porém, nossa solicitação encontrava-se na Pró-Reitoria de Graduação desde antes de agosto do ano passado. Disse que pretendia conversar com o Pró-reitor de Graduação a respeito desse processo. O **Prof. Daniel Cornejo**, Presidente da CCEEx, disse que o Instituto Serrapilheira, que tem base no Rio de Janeiro, tem aberta uma chamada para apoio a divulgação científica. Acrescentou que esse Instituto é muito interessante e que essa chamada em particular é orientada para projetos de divulgação científica que sejam inovadores; eles chamam principalmente pesquisadores e até pessoas de fora da academia, mas que tenham interesse em fazer divulgação científica de qualidade e particularmente jovens, inclusive para estudantes de graduação que tenham projetos

## A T A S

em andamento e que queiram ganhar um apoio financeiro para atender esses projetos. Disse que o Prof. Caetano Miranda vai participar dessa chamada, que apoia projetos no valor de até R\$ 100.000,00. Pediu aos presentes que divulgassem a chamada em seus departamentos principalmente para jovens docentes que estejam interessados em divulgação científica. Disse também que essa é a segunda chamada feita pelo Instituto Serrapilheira; a primeira, feita no ano passado, voltava-se a projetos científicos de jovens pesquisadores e também concedia valores de até R\$ 100.000,00. Foram apoiados, em todo o país, 86 projetos de jovens pesquisadores, sendo três ou quatro da USP. A modalidade dessas chamadas difere bastante das de outras agências, como CNPq, FAPESP, porque são apoiadas iniciativas ousadas e interessantes de pesquisadores jovens, que provavelmente não teriam apoio numa instituição tradicional. Disse que provavelmente deve haver uma próxima chamada no segundo semestre e que a modalidade de gastos é muito menos rígida que nas instituições tradicionais o que permite uma certa flexibilidade na utilização dos recursos. Comentou também que na semana passada houve o *Pint of Science*, sendo que a participação do Instituto foi muito elogiada. Agradeceu aos Professores que se dispuseram a participar e informou que já temos o compromisso de participar novamente no evento do ano que vem. O **Prof. Cristiano Mattos**, representante da CPGL, informou que a CPGL fez a seleção da tese do Prêmio USP, está realizando agora a seleção das teses para envio do prêmio da Capes e também está sendo realizada a reformulação do regimento da CPGL, segundo as normas do Regimento da Pós-graduação da USP, bem como a adequação e inclusão no Regimento do IFUSP. O **Prof. Paulo Nussenzveig**, Presidente da CPG, informou que também haviam feito a seleção para o Prêmio Tese Destaque USP e que haviam recebido o recorde de onze teses inscritas, o que foi motivo de grande satisfação; foi formada uma comissão, como de costume, que selecionou a tese do aluno Vinícius Njaim Duarte que foi orientado pelo Prof. Galvão para concorrer ao prêmio pelo nosso Programa. Quanto ao Prêmio Capes está ainda com inscrições abertas e o prazo para encaminhamento à CPG é 18 de junho porque o prazo para encaminhamento à CAPES é o dia 27. Novamente, terá que ser formada uma comissão porque pode ser encaminhada apenas uma tese por Programa. Quanto ao Programa PrInt da Capes, foi submetido na semana retrasada e a versão em inglês foi encaminhada no último dia 21. Disse que a USP solicitou um pouco mais de trinta e seis milhões. Em relação à questão de Regimento/regulamento houve no dia de ontem uma reunião da Câmara de Normas, que durou a tarde inteira, para discutir *templates* que vão ser encaminhados pela Pró-Reitoria aos diferentes programas e que vão facilitar a análise posterior, tendo em vista que todos os programas vão ter que ser revistos, então a ideia é estruturar numa ordem que seja mais fácil para análise. Com isso, o cronograma da CPG que tinha comunicado na Congregação passada vai ser um pouco adiado; vão discutir a partir de junho e depois em agosto deve ter uma reunião da CPG para aprovar o nosso Regimento/regulamento que será encaminhado para a Congregação de agosto para aprovação. Finalmente, o saldo do PROEX, descontados os valores que já estavam comprometidos é de R\$ 270.324,87 aos quais devem ser somados R\$ 162.000,00 que já foram depositados referentes a 2018; portanto, temos da ordem de R\$ 430.000,00 até agosto de 2019. **Item I.4 - Comunicações do Vice-Diretor.** Não houve. **Item I.5 - Comunicações dos Membros da Congregação.** O **Prof. Ewout Teer Haar** disse que gostaria de responder à pergunta do Prof. Fernando Navarra sobre qual a opinião do Conselho em relação à discussão que vai ter no CO agora. Disse que queria pedir ao Prof. Fernando que pegasse o lado oposto ao que está sendo expresso pelos nossos dirigentes, para que no Conselho Universitário de fato haja essa discussão política e em particular que se levantasse a voz para que os nossos dirigentes engajem de fato com

## A T A S

os argumentos do tipo que a ADUSP apresenta. Então, em vez de simplesmente aceitar a situação econômica e política do estado, aceitar que temos este orçamento, levantar a voz e pedir aos nossos dirigentes que engajem esse argumento, em particular para que o nosso governo resolva essa situação em favor da universidade pública e busque mais dinheiro para a universidade pública. A **Profa. Kaline Coutinho** disse que ontem foi lançado pela FAPESP o Núcleo de Energias Renováveis no projeto Shell FAPESP do qual faz parte juntamente com o Prof. Adriano Alencar através do núcleo de simulação. **Representante discente** disse que no começo desse mês teve a inauguração do *hacker space*, localizado na sala do Edifício Principal. Disse que gostaria de agradecer o Diretor bem como o Prof. Suaide pelo apoio ao projeto. Explicou que o *hacker space* é um espaço onde se tem diversas ferramentas e componentes eletrônicos com Arduino e Raspberry para permitir um espaço de exploração livre para os alunos que queiram tocar diversos projetos, desde projetos pessoais até projetos acadêmicos que ainda estão num estado muito preliminar. Acrescentou que a Revista FAPESP publicou artigo sobre a grande tendência atual de pesquisa mais democrática, de espaços livres onde se possa fazer explorações envolvendo tecnologia de ponta. Convidou os Professores que estejam ministrando disciplinas, caso necessitem de um espaço para fazer experimentações, a utilizarem esse espaço.

**Item I.6 - Discussão e votação da Ata: a) 539ª. Sessão Ordinária, realizada em 26.04.18.** O **Senhor Diretor** colocou a ata em discussão. Não havendo manifestações, colocou-a em votação, lembrando que pequenos detalhes podem ser alterados caso venham a ser percebidos. A ata foi aprovada com 43 votos favoráveis e 08 abstenções.

**2ª Parte Ordem do Dia**

**Item II - Assuntos novos para deliberar:**

**Item II.01 - Homologação da indicação dos Professores Paulo Teotônio Sobrinho e Diego Trancanelli como representantes Titular e Suplente, respectivamente, do Departamento de Física Matemática junto à Comissão de Biblioteca, por 02 anos, a partir de 24.05.18.**

**Item II.02 - Homologação da indicação dos Professores Marcos Vinícius Borges Teixeira Lima e Walter Alberto de Siqueira Pedra como representantes Titular e Suplente, respectivamente, do Departamento de Física Matemática junto à Comissão de Cultura e Extensão Universitária, por 03 anos, a partir de 24.05.18.**

**Item II.03 – Homologação da indicação do Prof. Leandro Ramos Souza Barbosa como Coordenador da Comissão de Biblioteca, por 02 anos, a partir de 29.05.2018.** O **Senhor Diretor** disse que, se não houver destaques, gostaria de votar em bloco essas três homologações podendo ser feita a discussão em separado. Não havendo objeções, colocou os três itens em discussão. Não havendo manifestações, colocou em votação em bloco as três homologações, que foram aprovadas por unanimidade.

**Item II.04 - Renovação do "Termo de Colaboração", no âmbito do Programa de Professor Sênior, a ser assinado pelo Prof. Dmitri Maximovitch Guitman, docente aposentado, a fim de continuar colaborando com o Departamento de Física Nuclear.**

**Item II.05 - Apreciação do "Termo de Colaboração", no âmbito do Programa de Professor Sênior, a ser assinado pelo Prof. Paulo Eduardo Artaxo Netto, docente aposentado, a fim de colaborar com o Departamento de Física Aplicada.**

**Item II.06 - Apreciação do "Termo de Colaboração", no âmbito do Programa de Professor Sênior, a ser assinado pela Profa. Tânia Tomé Martins de Castro, docente aposentada, a fim de colaborar com o Departamento de Física Geral.** O **Senhor Diretor** disse que se não houver restrições, pretendia votar em bloco esses três pedidos, que podem ser discutidos separadamente. Não havendo manifestações contrárias, colocou os três itens em discussão. Novamente não havendo manifestações, colocou-os em votação tendo sido aprovados com 46 votos favoráveis e uma abstenção. O **Prof. Oscar Éboli** disse que acreditava que estava chegando a hora de

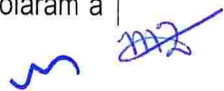
## A T A S

discutirmos quais são as condições para as pessoas terem aprovados os seus termos de colaboração. Disse que pensava que devem haver exigências mínimas para que a pessoa realmente participe da vida acadêmica e enriqueça a comunidade. Acrescentou que essa discussão deveria ser feita pela Congregação a fim de que fossem definidos parâmetros que deveriam pautar os termos de colaboração. O Senhor Diretor agradeceu a sugestão, disse que ficava no aguardo de alguma proposta e que pretendia colocar esse assunto em pauta na reunião de junho. Acrescentou que ficava feliz em saber que o Prof. Éboli concordava nesse aspecto com o falecido Professor Alejandro, que durante anos levantou esse problema cada vez que havia um pedido de Professor colaborador em pauta na Congregação. Solicitou também àqueles que tenham ideias sobre quais devam ser os critérios, que encaminhassem sugestões.

**ITEM II.07 - Homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso de Títulos e Provas para provimento de um cargo de Professor Doutor, ref. MS-3.1, em RDIDP, junto ao Departamento de Física Nuclear, no qual foi aprovado o Dr. Tiago Fiorini da Silva, Edital IF-22/17.** O Senhor Diretor colocou o item em discussão. Não havendo manifestações, colocou-o em votação tendo sido aprovado por unanimidade.

**Item II.08 - Plano de Pesquisa, para ingresso no RDIDP, do Dr. Tiago Fiorini da Silva, tendo em vista sua aprovação em Concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor 1, ref. MS-3.1, junto ao Departamento de Física Nuclear (Edital IF-22/17).** Relator do FNC: Prof. José Roberto Brandão de Oliveira. Relator da Congregação: Prof. Vito Roberto Vanin. O Senhor Diretor colocou o item em discussão. A Profa. Elisabeth Yoshimura esclareceu que aprovou o plano de pesquisa *ad referendum* do Conselho do Departamento porque não tem havido novas contratações no seu departamento; sendo essa a primeira em sua gestão como Chefe de departamento. Acrescentou que não há nenhum problema no plano de pesquisa, que já tinha sido avaliado pela banca, perfeitamente dentro das áreas que foram colocadas no edital e bastante elogiado tanto pelo relator do departamento quanto agora pelo relator da Congregação. Gostaria que a Congregação tomasse isso como uma questão de pressa, por causa do período eleitoral que se aproxima, para que pudéssemos garantir que vamos ter esse docente para o segundo semestre. Não havendo outras manifestações, o Senhor Diretor colocou o plano de pesquisa em votação, tendo sido homologado por unanimidade.

**Item II.09 - Relatório Científico da Reserva Técnica Institucional da FAPESP, destinada ao Instituto de Física referente à RTI - 2014 (Processo nº 2014/20630-1).** O Senhor Diretor pediu licença para se ausentar rapidamente e passou a palavra ao Senhor Vice-Diretor que disse que a reserva técnica institucional 2014 é da ordem de um milhão, cento e cinquenta e oito mil reais. Disse que esse montante foi aquele para o qual foi aberto um edital interno promovido pela atual Diretoria do Instituto, logo no início de sua gestão, que dividiu parte dos recursos entre os vários grupos de pesquisa através de um edital competitivo e o interessante disso é que no início nós concordamos na Congregação em dividir como sempre 30% para Diretoria e 70% devolvidos aos departamentos, o que teve que ser revisto porque não atende os critérios da FAPESP. Então a destinação dos recursos foi revista sendo que boa parte dos R\$ 348.000,00 destinados à Diretoria foram devolvidos aos grupos de pesquisa na forma de apoio institucional a infraestrutura de pesquisa. Dessa forma, na prática o que aconteceu é que o Instituto destinou da ordem de 91% de recursos diretamente aos grupos de pesquisa e 9% para custeio da Diretoria que foram basicamente investidos na infraestrutura de computação científica. No final, houve uma sobra de saldos a pagar que novamente foram revertidos pela Diretoria para o Centro de Computação que, significa dizer, no fundo a Diretoria ficou com 15% dos recursos e o Instituto com 85%. Esses recursos apoiaram a



## A T A S

instrumentação, muitos laboratórios, houve uma despesa bastante pequena em termos de ar condicionado e computadores pessoais, comparada às Reservas Técnicas 2012/2013, quando gastamos uma quantia considerável na infraestrutura tais como ar condicionado, salas, móveis, etc. o que mostra um pouco o amadurecimento do Instituto tendo em vista que estamos usando os recursos para apoio direto na pesquisa e infraestrutura de pesquisa. Disse que o relatório apresentado tem um caráter técnico-científico que detalha as nossas despesas dentro dos padrões da FAPESP. Colocou então o relatório em discussão. Não havendo manifestações, colocou-o em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **Item II.10 - Apreciação da proposta de áreas de pesquisa (e suas respectivas vagas) em que devem ser abertos os concursos para Professor Titular.** O Senhor Vice-Diretor lembrou que essa proposta foi divulgada pelo ifcom e também para os vários departamentos do Instituto, sendo resultado de uma comissão instituída pelo Diretor para encaminhar a forma dos concursos para Professor Titular, não por departamento, mas por área de pesquisa, de acordo com nossa intenção no início do processo, há quase 3 anos, quando discutimos a forma com que o Instituto deveria gerir a distribuição dos cargos de Professor Titular. Disse que foi formada uma comissão, cuja composição está no relatório, que definiu áreas de pesquisa gerais e suas subdivisões. Disse que gostaria de testemunhar que teve duas preocupações, que considera que foram importantes nessa comissão, sendo a primeira que cada um dos Professores Associados do Instituto tivesse pelo menos um concurso para o qual pudesse se candidatar. O segundo aspecto considerado é que a competitividade nesses concursos ficasse entre 3 a 6 candidatos por vaga. Disse que é difícil fazer esse cálculo exato porque existem algumas áreas em que pelo menos alguns ou vários docentes deste Instituto poderiam concorrer em dois concursos. A Profa. Márcia Fantini disse que gostaria de lembrar um pouco o contexto em que essa discussão sobre áreas gerais foi feita. Essa discussão de áreas gerais foi na perspectiva de se ter muito poucas vagas, foi anterior à concessão dessas 8 vagas. Gostaria de adiantar que considera que deve ser dada a prerrogativa ao departamento de determinar as áreas. O Prof. Luiz Carlos Chamon disse que esse foi o processo mais atrapalhado que já viu no Instituto de Física: a definição daquele documento que mandamos para a CAA e que ficou aqui bastante tempo sendo analisada pela Congregação anos atrás. Mandou-se inicialmente um documento que as vagas seriam divididas por áreas, a CAA recusou, mandamos uma proposta de que os cargos seriam divididos por departamentos. No documento que foi mandado, a parte de demanda praticamente não está contemplada, é um item em sete, são só 15% do peso total daquele documento enviado para a CAA. Em seguida, isso veio para cá, não foi discutido na Congregação o que ia acontecer. O Diretor nomeou uma comissão para fazer isso. Essa comissão demorou muito para fazer, depois se chegou à conclusão que já estava acabando o prazo, então agora a distribuição está sendo feita a toque de caixa. Quanto ao próximo item, está escrito que uma vaga fica sendo disputada entre dois departamentos, sendo que um deles vai ser cortado porque vai ser estabelecida uma cláusula de barreira, ou seja, coisas erradas feitas sobre coisas erradas. Disse que, nesse processo, demonstramos uma incompetência brutal. O Senhor Diretor, que havia retornado ao recinto, disse que queria assumir aqui uma parcela grande dessa atrapalhão. Quando recebeu aquele ofício da CAA, lá dizia explicitamente que o prazo era um ano, e que não prestou atenção naquele último parágrafo do documento porque, em geral, todas as atribuições de vagas são válidas por dois anos. Essa foi a primeira vez que se reduziu o prazo e, portanto, tinha em mente o prazo de dois anos, e foi só no começo desse ano, em março já, que se deu conta de que o prazo estava muito em cima. Então, de fato, essa questão de fazer a coisa corrida agora, a responsabilidade é exclusivamente sua. O restante da questão de



## A T A S

atrapalhação, disse que não sabe se concorda com o Prof. Chamon. No entanto, disse que o Prof. Oscar Éboli, que presidiu a comissão que fez essa discussão das atribuições, devia fazer uma apresentação, falar um pouco para esclarecer os pontos antes de começar a discussão. O **Prof. Oscar Éboli** disse que iria fazer uma pequena descrição sobre quais foram os procedimentos da comissão para fazer uma proposta aqui para a Congregação. Disse que inicialmente, como tínhamos que passar pelo barema, que era proforma segundo a decisão da Congregação, olharam as planilhas, que inclusive podiam fornecer, para organizar o serviço, para que fosse delas que pudessem tirar as informações. A Comissão reuniu-se algumas vezes, inclusive por vídeo conferência, conferiram os dados nas férias e verificaram que não tinham todas as informações de que precisavam e, por isso, foi enviada a carta aos Professores Associados pedindo para que se manifestassem para que pudessem ter uma noção mais clara do campo para poderem fazer uma proposta mais realista. Disse que obtiveram mais informações, porém consideraram que ainda longe do ideal. Fizeram então uma proposta que se baseia em dois princípios: o primeiro é que todos os Professores Associados deveriam ter pelo menos um concurso do qual pudessem participar e considera que isso está contemplado na proposta. O segundo ponto é competitividade, ou seja, a comissão procurou fazer com que os concursos tivessem aproximadamente o mesmo número de candidatos por vaga. O **Prof. Antonio Domingues** disse que essa questão está posta há bastante tempo, que o seu departamento tem se manifestado sistematicamente divergindo da ideia de base, que é dessa divisão por áreas, onde a Congregação, o Instituto define as áreas. Um dos pontos centrais que tem manifestado aqui é que o departamento deve preservar a sua autonomia como está previsto no Regimento; não existe essa outra alternativa, a menos que haja um acordo de cavalheiros entre os departamentos, os membros da Congregação e isto nunca foi posto dessa forma. Acrescentou que a única discussão que houve com relação a essas áreas é anterior à própria CAA dizer: "não aceito isso, refaçam". Daí para frente, aquela discussão morreu, mas leva-se aquela discussão como se fosse um fato consumado. Isso não é um fato consumado. Disse que temos seis departamentos, alguns são com áreas bem definidas, outros são multiáreas, mas nunca houve um impedimento que alguém fizesse um concurso em outro departamento, que houvesse mobilidade; isso está na história do Instituto. Dessa forma, entendem em seu departamento que deve ser preservada a autonomia dos departamentos, que decidem as áreas, que é o que está previsto no Regimento; a Congregação decide em quais departamentos vão ser alocados os cargos, mas ela não controla o departamento. Disse que esse é um ponto central sobre o qual tem-se debatido e que no último CTA ficou bastante claro que o seu departamento tem essa posição, mas os outros departamentos têm manifestado a posição inversa no CTA, ou seja, de que vamos fazer esse grande acordo e agir dessa forma. Lembrou que, dessa vez, temos 8 cargos e que qualquer divisão de área que se fizer contempla todo mundo; na próxima provavelmente serão um ou dois cargos e essa discussão vai ficar inviável. Preservar a autonomia do departamento é um caminho para se discutir de uma forma que seja convívio dentro do Instituto; vamos ter um conflito imenso, ou vamos abrir esses concursos em todas as áreas do Instituto, o que não é viável. Disse que tem sistematicamente tem manifestado que o seu departamento é contrário a que se tente tirar a autonomia dos departamentos e que seu departamento está disposto a não aceitar isso. A distribuição dessas vagas é sempre discutível, é possível de se negociar, mas não dá para negociar a autonomia dos departamentos. Finalizou dizendo que temos uma situação bastante complexa, bastante delicada e que vem, sistematicamente, em todas as congregações dizendo isso, que temos um problema, que essa sistemática não serve, não vai funcionar e a longo prazo vai gerar

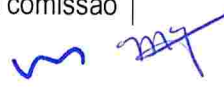


## A T A S

problemas. A posição do departamento é que como temos 8 cargos, é possível conseguir fazer algo razoavelmente equilibrado desde que haja um acordo de cavalheiros. A **Profa. Euzi Fernandes** disse que iria reforçar o que foi dito pelo seu chefe de departamento, trazendo aqui documentos da CAA que tem em mãos, em que este processo supra departamental foi rechaçado conforme ata da CAA de 24 de agosto de 2015 que poderia ler, se fosse do interesse da Congregação. Disse que foi conversado em seu departamento o fato de que esse barema flutuante levaria a duas vagas para FAP, 3 para FMT e 3 para FGE. O que gostaria de dizer é que o departamento pensa que essas vagas têm que ser distribuídas para todos os departamentos, que não é intuito do FMT pleitear as 3 vagas, mas se existe essa questão de produtividade, essa ordem deve ser seguida, enviada e um acordo deve ser feito sim para que todos os departamentos tenham uma vaga pelo menos, em razão da boa vivência aqui na instituição. Acrescentou que se o FMT for agraciado com as três vagas decorrentes daquele barema, o departamento está disposto a ser o hospedeiro de um concurso de outro departamento, porém, o que o FMT não abre mão é de fazer o seu próprio concurso, definir o seu próprio edital e da sua própria autonomia. A **Profa. Marília Caldas** disse que gostaria de, talvez, expressar melhor o que foi dito pela Profa. Euzi. Disse que o departamento perdeu cinco Professores Titulares e, portanto, teriam 5 dessas vagas distribuídas; que tem havido toda essa discussão sobre números. Porém, o que queria dizer é deve haver uma negociação que tem que ser feita com os departamentos postulantes, ou seja, aqueles que perderam cargos, aqueles que podem solicitar a renovação. Lembrou que foi assim que começou todo esse processo de vagas de Titular, que são vagas de reposição e que o FMT tem sob sua responsabilidade 3 vagas. O **Senhor Diretor** disse que gostaria de chamar a atenção para o fato de que estão sendo discutidas as áreas dos concursos e solicitou que as pessoas se ativessem a isso. A **Profa. Marília Caldas** lembrou que seu Chefe de departamento já disse que o departamento é contrário a essa discussão de áreas sem que o departamento tenha sido consultado sequer sobre a indicação de alguém para discutir essa área. Então, consideram que essa discussão sobre áreas, que particularmente não é contra a discussão sobre áreas e que considera que foi boa, porém primeiramente não seria esse o procedimento formal correto, além do que, o seu departamento teve problemas nesse processo. Talvez não tenham sido os únicos já que outros dois representantes saíram da comissão. Reafirmou que tiveram problemas com esse tipo de coisa, não foi formalmente pensado pela nossa universidade esse tipo de discussão e o seu departamento foi pouco consultado. Então, são favoráveis à negociação com três áreas que favorecem as áreas de pesquisa do departamento. Porém, essa maneira de fazer, em que o Instituto discute as áreas para as vagas que chegam para os departamentos e não para o Instituto, isso é meio complicado. Ou juntamos tudo e não tem mais departamento, e o Diretor que resolva as questões e não há necessidade de se preocupar com nenhuma burocracia, ou então se os departamentos existem, precisam ser consultados e respeitados. O **representante discente Zeca de Carvalho** disse que gostaria de alguns esclarecimentos sobre o processo. Acrescentou que se abrindo o concurso para Professor Titular podem concorrer candidatos do IF e candidatos externos. Caso o aprovado seja um candidato externo o Instituto ganha um docente para o seu quadro de pessoal. Perguntou então o que acontece com a vaga ocupada por um Professor Associado que venha a ser indicado num desses concursos. Disse que considera essa informação importante para a discussão. O **Senhor Diretor** respondeu que de fato é uma informação importante lembrando, porém que, historicamente, são poucos os casos em que pessoas de fora conseguem entrar porque têm vários problemas. Em primeiro lugar, porque exigimos a livre-docência que só existe nas universidades estaduais

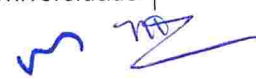
## A T A S

paulistas, o que faz com que um Professor de uma universidade federal, por exemplo, pode até ter status de Titular, mas se não tiver livre docência, precisa que esta Congregação aprove, por dois terços dos membros totais, o notório saber, o que é muito difícil. Além disso, no caso de uma pessoa que já está no nível de Titular, é alguém que já tem uma carreira e está instalado em alguma instituição e São Paulo é a segunda cidade mais cara do país, depois do Rio de Janeiro. Ou seja, uma pessoa que venha de uma instituição do interior, por exemplo, ao se deparar com o custo de vida aqui, já se desmotiva a tentar o concurso, razão pela qual é difícil atrairmos gente de fora para os nossos concursos e por isso na maior parte dos casos os indicados são pessoas do próprio instituto. O **representante discente Zeca de Carvalho** perguntou então se não existe nenhum esforço para dificultar a vinda dessas pessoas, que essas são dificuldades naturais. O **Senhor Diretor** lembrou que o notório saber exige a aprovação de dois terços da Congregação, o que implica numa certa dificuldade, mas que não é imposta internamente pelo Instituto e sim pela Universidade. Acrescentou que havia se inscrito porque considerou que houve um desvio na discussão, tendo em vista que a ideia era discutirmos inicialmente a distribuição das vagas e depois as áreas dos concursos porém, por conta desse processo todo, disse que havia conversado com o então Presidente da CAA, Prof. Alexandre Nolasco, e mais recentemente com o atual Presidente, Prof. Catalani, que disse que, por ter sido procurado inclusive pelo Chefe do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica, fez questão de enfatizar o ponto que foi levantado pela Profa. Marília de que o departamento perdeu cinco vagas e que, portanto, cinco das vagas distribuídas deveriam ser do departamento. Reiterou que a CAA mudou os critérios de distribuição: as vagas vêm para o Instituto supradepartamentalmente, que é analisado como um todo. Ou seja, é o contexto dos seis departamentos naquelas planilhas todas que são enviadas a CAA que eles avaliam para destinar ou não vagas ao Instituto. Acrescentou que eles também exigiram que fosse criado um mecanismo de destinação dessas vagas dentro do Instituto. Portanto, a memória de qual departamento originou uma determinada vaga é totalmente eliminada nesse processo. O outro ponto é que o Instituto discutiu esse assunto longamente em 2016 e o que se discutiu nas reuniões que aconteceram no CTA, depois aqui na Congregação, em reuniões dos então Chefes de Departamento, foi que o ideal seria fazer concursos supradepartamentais, que escolheríamos áreas de pesquisa que contemplassem áreas dinâmicas, produtivas e com futuro no Instituto e essas áreas seriam colocadas em concurso pelos departamentos que recebessem as vagas, que não sabíamos quais seriam uma vez que tinha uma planilha com regras impostas pela CAA inclusive, e então o eventual ganhador desse concurso escolheria o departamento no qual ele decidiria se alojar. Reafirmou que essa foi a decisão que o Instituto tomou. Essa é sua interpretação após ler uma série de atas da Congregação relativa a esse assunto. A questão toda é que nessa rodada estamos fazendo desse jeito e por mais que as pessoas achem esse processo inadequado, é assim que temos que proceder agora. Disse que iremos aplicar os critérios para sabermos quais departamentos ficam com as vagas, porém vamos votar aqui as áreas nas quais serão abertos esses concursos; depois vamos atribuir quais vagas vão para quais departamentos, essa que é a ideia. E com essa metodologia, todos os Professores Associados terão chance de fazer um concurso, ou mais de 1 até, em determinadas áreas. Outro ponto que queria responder, que foi comentado que o Departamento de Física dos Materiais e Mecânica não foi consultado, todos os Professores Associados do Departamento foram consultados; eles optaram por não responder, mas isso é uma questão pessoal dos Professores Associados daquele Departamento. Só estava esclarecendo que a afirmação de ausência de consulta não é verdadeira. Além do que, um dos membros da comissão



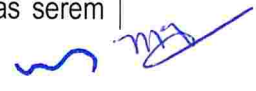
## A T A S

é membro do departamento. Acrescentou que foi esclarecido, quando foi montada essa comissão escolhida pelo Diretor, que a comissão não era composta por representantes de departamentos. O **Prof. Manoel Robilotta** disse que deveríamos fazer uma previsão de término dessa reunião, além de definirmos o que vai acontecer se não terminarmos no prazo estabelecido porque corremos o risco dessa discussão se prolongar porque tem várias coisas que são ditas que podem ser contestadas. Disse que acha que não tem sentido fazer essa Congregação correndo, dado tudo que aconteceu antes e a importância do tema. O **Senhor Diretor** disse que combinou com o Prof. Catalani que esse assunto estaria em discussão nessa Congregação e que deveríamos mandar uma proposta de distribuição das vagas para a CAA num ofício amanhã porque a reunião da CAA está agendada para o dia 11 de junho e essa proposta tem que ser enviada para um relator com uma certa antecedência. O **Prof. Gustavo Burdman** disse que queria se manifestar em relação à proposta de áreas. Disse que o conselho do seu departamento não chegou a votar essa proposta, que considera excelente porque é uma proposta otimizada que contempla a demanda dos Professores Associados do Instituto e por isso espera que seja votada nesta sessão da Congregação. O **Prof. Cristiano Mattos** disse que, se entendeu bem, a planilha com os critérios que foram aprovados pela Congregação, se aplicada da forma como inicialmente se pensava, atendia a ideia de que todos os departamentos seriam contemplados com pelo menos uma vaga. Ou seja, após a aplicação dos critérios, os dois primeiros departamentos classificados seriam contemplados com 2 vagas e os outros quatro com uma vaga cada um. Porém, apareceu o critério da iteração que, aplicado, faria com que todas as vagas fossem para o Departamento de Física Aplicada. Sua dúvida é se esse critério é *ad hoc* ou se já existia na proposição da classificação dos departamentos. Se ele não existia anteriormente, a solução estava dada e acha que todos ficaram satisfeitos com isso. O **Senhor Diretor** esclareceu que não se trata de uma questão de critério e sim de procedimento. Ou seja, utiliza-se a planilha para classificar os departamentos e vai dando uma vaga para cada um dos classificados e depois volta para o começo. Esse era o nosso entendimento, porém a CAA exige que seja feito por um processo iterativo, ou seja, se classifica os departamentos, dá-se uma vaga para o primeiro, acrescenta um Professor Titular e exclui um Associado, roda de novo, classifica os departamentos e dá uma vaga para o primeiro. Acrescentou que considera esse processo discutível; que a Escola Politécnica também achou, ficou questionando o processo com a CAA e acabou perdendo uma vaga de Professor Titular. O **Prof. Cristiano Mattos** perguntou se esse é um critério verbal ou está escrito. O **Senhor Diretor** respondeu que é um critério verbal e que cedeu porque não temos tempo de pagar para ver e perder as 8 vagas. A **Profa. Márcia Fantini** disse que não entende a inconsistência que tem de um departamento abrir um concurso numa área como física nuclear de baixas energias e suas aplicações, por exemplo, e essa área não existe no departamento. Perguntou como é que a CAA vai ver essa incompatibilidade de estar sediando uma vaga baseada em critérios de produtividade e de necessidades para um departamento que não foi classificado. Disse que acha que existe uma inconsistência muito grande nesse processo e não vê como resolver. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** disse que gostaria de fazer um comentário sobre o processo como um todo porque, de fato, como já foi dito, é um processo que tem sido atabalhoado porque, no seu modo de ver, há mudanças de critérios por parte da Reitoria e que estamos custando muito a nos adaptarmos a eles por diversos motivos e nem acha que deveríamos nos adaptar a eles. Porém, o que está acontecendo agora é a consequência de todas essas ações da Reitoria sobre a Universidade, a começar com o critério de equalizar o número de Professores Titulares por docente na Universidade



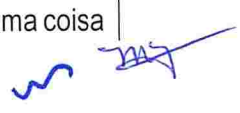
## A T A S

inteira, em relação ao qual sempre fomos contrários, enfim tem uma série de coisas têm sido impostas pela Reitoria em relação às quais temos relutado. Porém, não vê outra saída que não seja completarmos o processo de atribuição dessas oito vagas seguindo as decisões que devem ser tomadas nessa Congregação sobre áreas, departamentos e atribuições de áreas a departamentos. Não vê outra saída, a não ser perder as vagas; porém, acha que devemos tomar isso tudo como aprendizado e que, por exemplo, houve uma falha que, pelo que foi dito aqui, foi crucial para várias das posições do departamento de Física dos Materiais e Mecânica que foi não levar em conta a vontade dos departamentos manifestada de alguma maneira nesta atribuição de áreas. O fato de a atribuição de áreas não ter sido feita, por motivos óbvios, na época pela Comissão de Pesquisa pelo fato de que, por termos poucos Professores Titulares em vários departamentos termos colocado muitos Associados na Comissão de Pesquisa então, por vários motivos, acabamos arrumando uma saída que cria outro problema. Ou seja, o que queria colocar é que este assunto tem que ser discutido para as próximas rodadas de distribuição de cargos, antes que elas aconteçam. Temos que ter uma sessão de Congregação no segundo semestre que discuta de novo como vai ser o procedimento; o barema não está bom, a forma com que saem os resultados não está boa, aquilo não está de acordo com o que todos acham que deveria ser, sendo assim temos que rediscutir esse processo com calma, numa situação de não termos vagas em jogo naquele momento e sabedores de que receberemos uma ou duas vagas, se tanto, para o próximo ano. Então, considera que talvez a falha principal seja a forma com que foram escolhidas as áreas, sem que os departamentos tenham sido consultados, foi feita uma comissão que foi o que o Diretor entendeu na época como a melhor forma de fazer, e houve contestações não em relação ao resultado e sim à forma. Disse que à medida que uma pessoa não concorda com a forma com que algo seja feito, é difícil que concorde com o resultado. Sobre as áreas especificamente, considera que a comissão agiu bem ao colocar em concurso todas as áreas dos Professores Associados no Instituto e que deveríamos aprovar essa proposta como uma forma de dizer que todos os Associados podem prestar concurso, se assim o desejarem, o que dará a eles a oportunidade de ascensão na carreira. A **Profa. Euzi Fernandes** perguntou ao Diretor o que deveríamos enviar à CAA amanhã, se era o ranqueamento ou a definição das áreas, porque precisamos agilizar esse processo. O **Senhor Diretor** informou que era o ranqueamento porque a definição de áreas era um assunto interno. A **Profa. Euzi Fernandes** perguntou se não seria possível o Diretor discutir as áreas depois com os Chefes de Departamento a fim de agilizarmos o processo. O **Senhor Diretor** respondeu que não se sentia à vontade de fazer isso, uma vez que alguns Chefes de Departamento são potenciais candidatos aos concursos, o que considera um problema. A **Profa. Euzi Fernandes** esclareceu que sua proposta era de que enviemos o ranqueamento e depois o Diretor reuniria todos os chefes de departamento e que fariam um pacto de como definir as áreas dos concursos, de como distribuir isso, porque da forma como está não há consenso. O **Senhor Diretor** respondeu que está convencido de que o fato do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica ser um departamento temático, não lhe dá o poder de definir a política científica sobre a área de Materiais porque essa área também é pesquisada em outros quatro departamentos. Então, essa discussão tem que ser feita de forma supra departamental, mas gostaria que pudéssemos avançar na pauta. A **Profa. Euzi Fernandes** disse que o departamento de estado sólido nem acha que é o detentor da área; mas que tem o direito de definir as promoções departamentais e eventualmente ter candidatos externos que venham unir esforços na pesquisa do departamento. O **Prof. Alain Quivy** disse que muita coisa já foi dita e que concordava com muitas delas, apesar de muitas serem



## A T A S

completamente desconhecidas, mesmo no próprio departamento, porém, acha que esse processo tem algumas falhas. Uma delas, que considera que seja administrativa, porque o Senhor Diretor, numa Congregação, em votação, atribuiu à CPq a incumbência de propor a distribuição das vagas de Professor Titular, em uma sessão posterior simplesmente comunicou que iria designar uma comissão para fazer esse trabalho. Disse que não sabe se isso está correto, considerando-se que foi votado pela Congregação que essa seria uma atribuição da CPq e que talvez precisasse ser votada novamente a "desatribuição" da CPq para administrar esse assunto; disse que não sabe se isso é relevante ou não, mas que gostaria de mencionar. Em segundo lugar, lembra que quando a comissão foi estabelecida, tinha entendido que ela iria propor seis áreas para atender essas novas vagas. Ficou muito decepcionado quando viu que o resultado foi que simplesmente pegamos seis vagas, enfiámos dentro todos os candidatos e aqui tem as nossas seis ou oito áreas que vamos propor para o IFUSP. Não sabe se precisava de uma comissão de pessoas notáveis, como foi chamada, e nem de 6 meses para fazer isso porque a CPq teria muito bem a capacidade de fazer isso. O último ponto que gostaria de mencionar, que não está dentro do tópico em discussão, mas está relacionado a ele, disse que se classificamos as oito vagas em função dos critérios que nos foram sugeridos com aquelas tabelas e então acatamos a distribuição de 2 para a FAP, 3 para a FGE e 3 para a FMT, tudo isso, como comentado pela Profa. Márcia, foi decidido em cima da competência dos docentes de cada departamento. Perguntou então, se faz sentido abrir as vagas nesses três departamentos, em áreas que, eventualmente não sejam desses departamentos. Disse que não entendeu a lógica e nem sabe se isso faz sentido. Acrescentou que é da opinião de que isso tem que ir para os departamentos e os departamentos que foram atendidos realmente têm que decidir em qual área do departamento esse concurso vai ser feito. Disse que tem uma outra coisa que o incomoda muito que é que alguma resposta da CAA que está escrito claramente que as vagas são de reposição, não são vagas novas, que têm que ser divididas entre os postulantes. O **Senhor Diretor** esclareceu que isso não é da CAA, esse foi um termo usado por nós, na nossa introdução do barema quando vamos explicar os critérios. O **Prof. Alain Quivy** prosseguiu perguntando o que é um postulante, o postulante, infelizmente para 2 departamentos, não são os seis departamentos; os postulantes seriam aqueles que solicitaram as vagas de reposição. O **Senhor Diretor** disse que como já havia explicado anteriormente, o Presidente da CAA esclareceu que as vagas são de reposição, de aposentados do Instituto, e são devolvidas ao Instituto e não ao departamento. Disse que esse era nosso entendimento, de que postulantes eram aqueles departamentos que haviam perdido docentes. Tanto é que quando tivemos que mandar os dados para a CAA inicialmente mandamos só os dados dos quatro departamentos que eram os postulantes. A CAA pediu que mandássemos os dados de todos os departamentos, porque iriam analisar o Instituto como um todo e não somente os quatro departamentos. Foi aí que o entendimento deixou de ser aquele. Ou seja, a CAA vai dar as vagas de acordo com o contexto do Instituto como um todo. Foi isso que mudou. O **Prof. Alain Quivy** disse então que continuava insistindo que estabelecer áreas para departamentos que não contêm essas linhas de pesquisa não faz sentido. O **Prof. Luiz Carlos Chamon** disse que primeiramente as mulheres da Congregação demonstram sensatez dizendo que não houve negociação entre os departamentos, foi tudo imposto. As coisas vieram meio atropeladas, tanto é que as pessoas estão, de certa maneira, inconformadas com o resultado, o que se pode ver pelos ânimos como estão aqui. Em segundo lugar, da mesma maneira que falou o Prof. Alain, queria comentar a questão dos postulantes, que está colocada no nosso documento que foi aprovado pela CAA. Perguntou: quem definiu quem são os postulantes. Disse que uma coisa



## A T A S

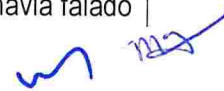
é você mandar as planilhas dos seis departamentos, outra é dizer quem são os departamentos postulantes. A seu ver, aquela palavra postulante que foi colocada lá, não foi por acaso, mas para evitar situações como o que está acontecendo agora, por exemplo, com vários departamentos que perderam vagas que não estão sendo colocados aqui, não estão recebendo essas vagas, e departamentos que não perderam nenhuma vaga e estão recebendo 3 vagas, de acordo com a tabela que está sendo apresentada. Disse que não está escrito que as vagas vão ser distribuídas entre os seis departamentos do Instituto. Disse que um departamento pode ser postulante sem ter perdido nenhuma vaga, desde que ele decida isso. A seguir, disse que gostaria de saber qual é a diferença de física de partículas e física de partículas elementares. Se são a mesma coisa porque está nas duas vagas. O **Senhor Diretor** disse que achava que eram a mesma coisa, mas ela pode ser feita como física de altas energias e como aspectos fundamentais da física. A seguir, disse que se algum departamento não quer participar do processo de distribuição de vagas, pode dizer que quer ficar de fora. Esclareceu que incluiu os seis departamentos porque foi o que a CAA pediu, quando disse que queriam os dados de todos os departamentos para poder fazer a planilha de distribuição. Portanto, entendeu que todos os departamentos podem ter vagas distribuídas a eles. Repetiu que esse foi o seu entendimento, mas que, se algum departamento se sente desconfortável com isso, pode pedir para ser excluído do processo. Não havendo manifestações, finalizou dizendo que estava entendendo que todos os departamentos são postulantes. A **Profa. Rosângela Itri** disse que concordava que existem falhas no processo e isso vem sendo discutido no departamento e com os colegas, e que queria fazer um depoimento. Disse que quando se fala que os departamentos não foram consultados é que, por exemplo, no caso especial da FAP existia um e-mail que as pessoas poderiam mandar para a comissão ou conversar com pessoas da comissão se colocando, colocando as preocupações e uma das preocupações da FAP era a física de plasmas, o que podemos dar de apoio a essa área. Explicou que atualmente o departamento não tem nenhum livre-docente na área e mesmo assim conversaram porque em física atmosférica, em física da matéria condensada, naturalmente vão aparecer as vagas, mas em física de plasmas não, porque se estavam sendo olhados os livre-docentes do departamento, essa área é um ponto nevrálgico. Então, foi tomada uma atitude inversa, ou seja, em vez de esperar que a comissão viesse conversar com os departamentos, o seu entendimento como chefe de departamento, conversando com vários membros do conselho, foi de ir conversar com a comissão. Ou seja, apesar de não haver no departamento um livre-docente na área, a área está sendo considerada no edital; enquanto isso, o departamento está tentando prospectar fora para ver se vem alguém para participar do concurso. Por essa razão, estranha quando se diz que os departamentos não foram consultados, já que existia um canal que os departamentos ou pessoas individualmente poderiam utilizar para conversar com a comissão, com o diretor, com o vice-diretor, porque existia um canal aberto. Então, essa crítica de que os departamentos não foram consultados é o único ponto do qual discorda do que foi dito pela Profa. Elisabeth e pelo Departamento de Física dos Materiais. Ou seja, do seu ponto de vista, sentia que existia uma abertura para as pessoas se colocarem. O **Prof. Paulo Nussenzveig** disse que já foi dita muita coisa e acha que seria produtivo tentarmos nos concentrar na discussão das áreas dos editais. Em relação a coisas que foram discutidas, gostaria só de lembrar que segundo os regimentos não existe autonomia de departamentos; cabe aos departamentos formular editais, mas eles precisam ser aprovados pela Congregação. A Congregação não vai simplesmente carimbar o que vem dos departamentos. Se a Unidade não concordar, ela não aprova; retorna ao departamento até existir convergência. Em particular, os departamentos não têm, em nenhum lugar,

## A T A S

respaldo regimental para definir promoções de docente. Uma segunda observação, em relação à política científica, em reunião recente da Congregação, um chefe de departamento declarou, e até concorda, que política científica não se faz em concursos para Professor Titular, e sim em concursos para Professor Doutor. Em nenhum momento, como acabou de lembrar a Profa. Rosângela, os departamentos foram privados de apresentar propostas. Se os departamentos tinham propostas a fazer, eles poderiam perfeitamente ter apresentado essas propostas. Só o que ouvimos essencialmente, à exceção do que a Profa. Rosângela bem lembrou em relação à área de física de plasmas, foi que nós queríamos vagas para os departamentos, sem dizer absolutamente nada sobre como essas vagas deveriam ser destinadas, etc. que enriqueceria a discussão sobre as áreas. Finalmente, sobre a questão da discussão de alocação em áreas ao invés de departamentos, que ela estaria extinta, foi bem lembrado aqui que a Congregação foi obrigada a encaminhar critérios para a CAA em várias iterações até que o modelamento da CAA fosse "proposto pela Congregação" para aprovação pela CAA. Novamente estamos nos vendo diante de uma imposição da CAA em relação a esse critério iterativo, que nos obrigou a criar essa cláusula de barreira que vamos ter que discutir aqui porque os nossos critérios aprovados pela CAA não seriam aprovados na alocação de vagas pela CAA ou levariam a um risco de perdermos vagas. Então o que estamos tentando fazer é uma discussão em nível institucional, de interesse institucional no preenchimento de vagas de Professor Titular, que é um recurso raro, é um recurso que temos surpreendentemente em número elevado agora, mas, de um modo geral, ele deve ser raro e se não conseguirmos convergir em relação a discussões em termos de áreas, uma visão ampla institucional, apenas ficarmos disputando entre departamentos, nós vamos obviamente ter problemas no futuro. O **Senhor Diretor** disse que, encerradas as discussões, pretendia colocar a proposta que está na pauta em votação, sujeita a eventuais pequenas alterações, como colocar "partículas elementares" nos dois editais e coisas desse tipo, sem mudar o espírito da proposta, desde que apresentadas agora, aqui na Congregação. O **Prof. Alain Quivy** propôs que se coloque em votação a ideia de áreas contra a ideia de dar as vagas para os departamentos, porque na proposta apresentada, tem a proposta de áreas que vão ser alocadas em departamentos que não têm a ver com essas áreas. O **Senhor Diretor** disse que, quem for contra as áreas, vota contra essas áreas. Acrescentou que o que está na pauta é "apreciação da proposta das áreas de pesquisa e suas respectivas vagas...". Ratificou que é isso que vai ser votado; não vai ser votado algo que não está na pauta. O **Prof. Alain Quivy** propôs então que se invertesse a pauta. O **Senhor Diretor** disse que, inverter a pauta é uma prerrogativa do presidente da mesa e a pauta não será invertida. Colocou a proposta de áreas de pesquisa - e suas respectivas vagas - em que devem ser abertos os concursos para Professor Titular, conforme apresentada no anexo da pauta. A proposta foi aprovada com 28 votos favoráveis, 9 votos contrários e 15 abstenções. **Item II.11 - Inclusão de "cláusula de barreira" nos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos.** O **Senhor Diretor** informou que na conversa que teve com o Prof. Catalani, quando mostrou para ele o resultado obtido após a aplicação do processo iterativo, de que todas as oito vagas iam para um mesmo departamento que tinha apenas 4 Professores Associados, ele falou que também achava que tinha que haver uma cláusula de barreira. Na verdade, o Prof. Catalani disse que a CAA tinha adotado alguma coisa parecida com uma cláusula de barreira, que achou pior do que estabelecermos uma cláusula de barreira como estamos propondo. A cláusula de barreira colocada pela CAA é considerar o número de Professores Associados habilitados do departamento; disse que perguntou ao Prof. Catalani o que a CAA considera ser um Professor Associado habilitado ao

## A T A S

que o Prof. Catalani respondeu que seria um Associado que seja produtivo. Ou seja, tem que se estabelecer os critérios para definir qual Associado tem condição de pleitear passar a Professor Titular. Considera que esse não seja um caminho adequado, por isso propôs essa cláusula de barreira que consiste em considerar o número de Professores Associados. No entanto, a Congregação tem que aprovar esse item para propor à CAA para que seja usado no critério de distribuição. Colocou a proposta de cláusula de barreira em discussão. Não havendo manifestações, colocou-a em votação, tendo sido aprovada com 52 votos favoráveis e 5 abstenções. **Item II.12 - Apreciação da proposta de distribuição dos oitos cargos de Professor Titular entre os departamentos, conforme resultado do processo aprovado pela CAA.** O **Senhor Diretor** apresentou a planilha que resume os dados de todos os seis departamentos, nas sete categorias que escolhemos e que classificam os departamentos. Mostrou a primeira rodada de classificação, após o que se muda o número de Associados e de Titulares do departamento que recebeu uma vaga; roda de novo, tem a segunda iteração que dá o mesmo resultado. Na terceira iteração, o departamento que já recebeu duas vagas fica só com dois Associados; então ele sai do pleito e o primeiro colocado é o FMT, nesse caso. Na quarta rodada, a FAP continua de fora e, pelos critérios, a FGE fica em primeiro; leva uma vaga. Por conta dessa vaga que a FGE recebeu, na quinta rodada a FMT fica em primeiro lugar de novo e assim sucessivamente vão se alternando FMT e FGE por causa da mudança na relação Titulares e Associados. Disse que é isso que temos que enviar para a CAA. O resultado final são duas vagas para a FAP, três para a FGE e três para a FMT. O **Prof. Luiz Carlos Chamon** perguntou se esse corte que foi feito é em relação aos Associados que estavam na planilha ou aos Associados atuais. O **Senhor Diretor** respondeu que eram os Associados que estavam na planilha. O **Prof. Luiz Carlos Chamon** disse ainda que quando se faz essa iteração, a única coisa que muda são as associações. O **Senhor Diretor** respondeu que era o sétimo item. Disse que isso foi uma escolha nossa porque nós consideramos que a equalização de número de Professores Titulares entre o departamento é um conceito não acadêmico, é uma numerologia desprovida de conteúdo. O **Prof. Antonio Domingues** disse que é sempre fácil falar a posteriori, mas olhando as atas da CAA, a resposta da CAA quando mandou esses critérios, num deles o parecerista diz: "é evidente que esse parecerista discorda dos argumentos apresentados, em particular o cômputo do desempenho acadêmico escolhido permite que um departamento numeroso com grande contingente de Professores Associados capacitados, um grande contingente de jovens doutores e um pequeno contingente de Professores Titulares seja preterido por um departamento com um grande contingente de Professores Titulares, um pequeno ou inexistente contingente de Professores Associados capacitados e um pequeno contingente de Professores Doutores. Certamente isto não privilegia o mérito acadêmico entre os postulantes do cargo." Ou seja, coloca exatamente a situação que tivemos aqui, já prevista no próprio parecer da CAA. O parecerista disse que se corria o risco de botar todos os cargos na mão de um único departamento. O **Prof. Leandro Barbosa** disse que não ficou claro, primeiramente, onde entra o Professor Doutor nessa planilha. A **Profa. Kaline Coutinho** disse que a categoria sete tem dois índices: um é o número de Associados dividido pelo de Titular e outro é número total do departamento dividido pelo Titular. Então, somando esses dois índices vai dar o resultado da categoria 7, porém ele só entre como número do denominador. A **Prof. Elisabeth Yoshimura** esclareceu que existem doutores que entraram porque viraram Associados no meio do período, portanto, existem doutores contados, porque parte do tempo eram doutores e parte do tempo eram Associados. A **Profa. Kaline Coutinho** disse que quando a regra foi votada aqui, que havia falado

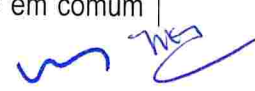


## A T A S

que isso ia dar num único departamento sempre e só votamos isso porque foi dito se não votássemos não iríamos atender as condições da CAA e, portanto, não iríamos ganhar os cargos. Por essa razão, também havia contestado, mesmo passando por esse critério, nós iríamos usar o critério que seria a decisão de área pelo Instituto etc. Enfatizou que já se sabia de antemão, antes do processo começar, que não ia dar certo, porque não haveria uma distribuição dos cargos entre os departamentos. Então só aprovamos tudo isso para satisfazer um critério da CAA depois de muitas idas e vindas porque não concordávamos com todo o processo e, portanto, hoje estamos pagando por um processo que vimos que não ia dar certo para o nosso Instituto e que de fato aconteceu. Não havendo mais manifestações, o Senhor Diretor colocou em votação essa distribuição de acordo com a planilha que se encontra em pauta. A distribuição foi aprovada com 53 votos favoráveis e 4 abstenções. **Item II.13 - Distribuição das áreas de pesquisa aprovadas entre os Departamentos contemplados com as vagas de Professor Titular.** O Senhor Diretor disse que se trata da distribuição das áreas de pesquisa que aprovamos entre os departamentos que são contemplados com as vagas de Titular conforme essa distribuição. Disse que só temos que encaixar as áreas com as respectivas vagas nos departamentos contemplados. A Profa. Rosângela Itri disse que essa proposta foi apreciada pelo Conselho da FAP que manifestou interesse em sediar dois concursos: um deles seria na área de física da matéria condensada, experimental, que tem duas vagas associadas, ou seja, o departamento, em princípio, recebe duas vagas, no contexto do acordo de cavalheiros e, no outro contexto, porque sabem que a física de materiais também vai pleitear sediar essas vagas, seria a área que contempla física biológica, física atmosférica, física de plasma e mecânica estatística. O Prof. Antonio Domingues disse que a proposta de seu departamento é bastante clara por tudo que já manifestaram. Propôs sediar as três vagas de física matéria da condensada. A Profa. Elisabeth Yoshimura disse que achava que faltava um detalhe nessa discussão que é combinar como vai ser montado o edital e bancas, etc., porque estamos numa situação que se vamos obedecer tudo que fizemos até agora vão haver, de fato, situações esdrúxulas, mais uma entre as diversas, que será abrir uma área em um departamento que não a tem. O Senhor Diretor disse que havia se inscrito justamente para falar um pouco sobre isso. O que devemos fazer, obedecendo esse critério que foi adotado, é que o departamento que receber vagas de uma ou mais áreas correspondentes àquelas vagas deve fazer um edital contemplando exatamente isso que foi aprovado aqui na Congregação. Ou seja, se física teórica da matéria condensada que tem uma vaga, não sabe se devemos colocar esses subitens ou não, por exemplo no caso das vagas de MS3 que foram discutidas na Comissão de Pesquisa e depois aqui, nós optamos por não colocar o detalhamento da área no edital, o que pode ser feito na divulgação para os candidatos, porém o edital saiu com a área mais genérica. Disse que isso podemos decidir aqui, porém o seu entendimento é que o departamento que vai sediar o concurso tem que fazer o edital de acordo com o que for aprovado aqui na Congregação. Caso o departamento opte por fazer alguma coisa distinta do que foi aprovado na Congregação, a Congregação, por coerência, não deve aprovar o edital proposto pelo departamento. Outro ponto que queria colocar, que é o seu entendimento e a forma como pretende trazer isso para a Congregação, é que depois de aberto o edital e feitas as inscrições, temos que aceitar as inscrições e montar a banca; o seu entendimento é que devemos, como esse concurso é supra departamental, fazer uma comissão composta por um membro indicado por cada um dos departamentos para que essa comissão sugira as bancas. Alguém fala ao fundo e o Senhor Diretor respondeu que, como algumas áreas são bastante heterogêneas e a nossa intenção é sinalizar para os Associados que

## A T A S

o concurso vai ser aberto realmente a todos, acha importante que as bancas sejam bastante pouco focadas. Com esse contexto, o departamento vai ter uma atuação muito limitada além de sediar o concurso; porque não vai escolher a banca, não vai escolher o edital, nada disso. Disse que esse é o seu entendimento e pretende que o processo todo transcorra dessa forma. Alguém fala ao fundo e, em resposta, o **Senhor Diretor** lembrou que colocou na votação que poderíamos fazer pequenas alterações para mudar detalhes, mas os detalhes no seu entender estão nas subáreas que eventualmente não vão nem constar do edital. Mas que precisamos também decidir isso. O **Prof. Manoel Robilotta** disse que seu entendimento é radicalmente contrário ao que foi dito pelo Senhor Diretor, porque tivemos um espaço para votar essas alterações, não fizéssemos isso o que significa que aprovamos esse documento. Entende que esses são os editais e seria muito perigoso não ser. Ou seja, definimos essas áreas e o edital, no seu entendimento, seria isso que está escrito na pauta, não caberia um espaço para alterarmos dentro de cada área um subnome ou adjetivar o que está escrito aí, pelo seguinte: porque votamos esse documento, com o entendimento do que são as áreas e isso congela a discussão. O **Senhor Diretor** disse que está aceita a sua colocação e não se mexe mais nisso. O **Prof. Antonio Domingues** disse que seu departamento tem uma área bem definida e vai abrir os concursos dentro dessa área. Entendem que têm autonomia para isso e essa é uma discussão que vai ter que acontecer. A Congregação decidiu mas vamos ver o que acontece. O **Senhor Diretor** disse que não havia entendido a colocação. O **Prof. Antonio Domingues** disse que não é possível colocar num departamento como o deles qualquer área que não seja do seu departamento; não faz sentido. A **Profa. Teresa Lamy** disse que achou tudo muito confuso, mas agora tinha que ser aprovado porque senão corríamos o risco de perder essas vagas. Apesar de que aprovou bastante insatisfeita com tudo. Acrescentou quealaria em nome de seu departamento dado que conversou com alguns colegas do departamento e que gostariam de sediar concursos em áreas que têm a ver com o departamento, por isso acha complicado aprovar qualquer coisa agora. Tem a parte da matéria condensada, experimental, teórica, a parte de física de sistemas complexos e aspectos fundamentais da física em que temos um docente Associado trabalhando em Física Matemática; no entanto, a parte de física nuclear não tem nada a ver atualmente com isso, e seria contra ter esse concurso sediado pelo departamento, mas obviamente isso vai ter que ser discutido com os Chefes de departamento. O **Prof. Luiz Carlos Chamon** disse que ia falar em relação às bancas que o Senhor Diretor colocou que deveriam ser bancas focadas, que não entendeu exatamente o que seria. O **Senhor Diretor** disse que a atribuição das áreas aos departamentos não precisaria ser feita nesse momento, mas que queria fazer isso para permitir que na Congregação de Junho os departamentos pudessem enviar as propostas de edital para serem votadas na Congregação. Lembrou que temos que publicar esses editais antes do dia 8 de agosto, portanto, acha que seria bom fazermos essa atribuição das áreas aos departamentos, caso contrário, vamos ter que fazer uma Congregação extraordinária no meio de julho, então, propôs que votemos isso aqui. A **Profa. Kaline Coutinho** disse que tinha uma proposta apaziguadora embora achasse que o seu departamento não vá gostar muito, mas é uma solução. Disse que, seguindo a linha de raciocínio do Prof. Cristiano Matos, que fala que seu departamento, pelo nome, é Física Geral e por essa razão, cabe tudo lá, propôs que fossem atribuídas para a FAP duas vagas de fluidos complexos; 3 vagas para o FMT na área de matéria condensada sendo uma teórica e duas experimentais e todo o resto vai para a FGE. Disse que não atende o que acha que o seu departamento ansiaria como áreas de afinidade, mas resolve um problema institucional e já que os departamentos vão sediar dentro dessas linhas, as bancas também serão montadas em comum

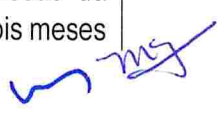


## A T A S

acordo com a Congregação. O **Senhor Diretor** agradeceu a proposta da Profa. Kaline, ou seja, a física de sistemas complexos que são duas vagas vai para a FAP, duas vagas em física experimental da matéria condensada e uma vaga de física teórica de matéria condensada vai para a FMT e as outras três vão para a FGE. O **Prof. Manoel Robilotta** disse que se tratava de uma questão de entendimento do que será votado: se vamos votar que vamos mandar essas áreas para os departamentos, os departamentos terão autonomia para alterarem essas áreas, alterar os pesos e fazer o edital próprio ou se estamos mandando essas áreas junto com esses temas de forma congelada para ser o edital do departamento. Disse que considera isso muito importante, ou seja, vamos mandar as áreas para o departamento que vai discuti-las novamente ou não. Disse que gostaria de votar isso com o entendimento totalmente claro do que está sendo votado. O **Senhor Diretor** disse que entendia a questão colocada pelo Prof. Robilotta e achava boa a sua proposta. Disse que passamos por uma situação aqui recentemente na qual foram aprovadas aquelas áreas para abrir os editais para vagas de MS3 e lá tinha a área, um detalhamento da área. Nós aqui optamos por deixar os detalhamentos de fora do edital, acha que podemos fazer isso aqui hoje, dizer que as áreas são essas, o entendimento é que as subáreas estão aí apontadas, mas preferimos deixar o edital só com a grande área, citou como exemplo. Seguiu dizendo que vamos ter que decidir isso aqui e agora; isso não vai ficar a critério do departamento. O **Prof. Antonio Domingues** disse que todas as manifestações que fizeram foram sempre na direção da identidade do departamento. Disse que achava que essa solução que está sendo proposta contempla plenamente o departamento. O **Senhor Diretor** perguntou se era a proposta com detalhamento ou sem detalhamento. O **Prof. Antonio Domingues** disse que sem detalhamento, fica geral da área, que é a área de matéria condensada. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** disse que na sua opinião tem que detalhar, falando sobre o edital porque tem alguns casos em que a área geral não vai dar indicação para o candidato. A outra era um pouco dar um depoimento pelo trabalho que tivemos nesse GT que mexeu nas planilhas, que é quase dizer que é um acaso para onde foram as vagas no sentido que, queria deixar claro para a Congregação, que o fato não é pela física nuclear não ter sido classificada, mas é no sentido de que o fato de não ter sido classificado não significa que é pior, ou de ter sido classificado que é melhor. Disse que tomaram inclusive o cuidado de solicitar à Diretoria que quando enviasse esses resultados para a CAA, não mandasse os nomes dos docentes, para que isso nunca seja usado para classificar docentes melhores ou piores pela sua produção da forma que foi medida neste critério absolutamente artificial e numérico que tivemos que ter. Então é só para as pessoas terem consciência de que não estão cometendo nenhum crime se abrigarem um departamento que não foi bem classificado no seu edital porque outra hora pode acontecer exatamente o contrário, porque simplesmente a aposentadoria de um docente no meio de um ano risca ele de 5, e ele que poderia contribuir muito para o departamento, passa a não contribuir nada. Então, são coisas pequenas que fazem esses números jogar dessa maneira e são, a grande maioria dos casos, jogos de pequenos números porque um faz diferença em 10 ou 15. Então é só esse depoimento que queria fazer. O **Prof. Oscar Éboli** disse que concordava que os itens deveriam ser mantidos no edital porque isso garante uma certa homogeneidade do número de candidatos entre os concursos. Disse que quando se tira os itens, corre-se o risco de desbalancear o número. Além disso, nós devemos dizer, por exemplo, física de sistemas complexos se você não define, como é que fica perguntou. O **Senhor Diretor** disse que queria avisar que se o departamento mandar um edital que não seja aprovado pela Congregação, nós perdemos as vagas correspondentes. O **Prof. Manoel Robilotta** propôs que fosse mantido o detalhamento

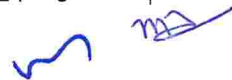
## A T A S

porque garante que os vários subgrupos sejam contemplados da maneira que entendemos no começo. Se tirarmos isso, pode surgir um novo entendimento, que pode por exemplo uma área sumir, ou ser prejudicada no concurso. Então, a única maneira que vê de não acontecer isso é votarmos a área e o detalhamento. Como já havia dito, essa deveria ser a forma do edital. Portanto, estaríamos votando a área e o edital e o encaminhamento de votação é a favor ou contra essa proposta. O **Senhor Diretor** então, colocou em votação a proposta da Profa. Kaline de distribuição das áreas entre os departamentos, com o entendimento de que o edital deve contemplar isso que está escrito na definição das áreas. Alguém se manifesta ao fundo e o Senhor Diretor responde que isso vai ser discutido no devido tempo e que estava só dizendo qual era o seu entendimento para deixar as pessoas cientes do que é que estava pensando como isso deve ser feito. Explicitou então a proposta que estaria sendo votada: a distribuição da área de física de sistemas complexos, com duas vagas, com o detalhamento apresentado, para a FAP; as áreas de física teórica de matéria condensada com uma vaga, física experimental de matéria condensada com duas vagas e os respectivos detalhamentos para o FMT; as outras áreas que são: física de altas energias com uma vaga, aspectos fundamentais da física com uma vaga e física nuclear de baixas energias e suas aplicações com uma vaga para a FGE com os devidos detalhamentos. A proposta foi aprovada por unanimidade. **Item II.14 - Sugestões para a nova versão da missão, visão e valores do IF para a elaboração do Projeto Acadêmico.** O **Senhor Diretor** esclareceu que era necessário que esses itens fossem definidos porque temos um prazo, que é final de agosto, para enviarmos à CPA o projeto acadêmico do Instituto. Disse que isso foi anunciado no CTA e solicitado que fosse discutido nos departamentos e que mandassem sugestões. Disse que recebeu cinco sugestões, que são as que estão em pauta. Iniciou discutindo a missão. Apresentou o texto que é o que consta como missão do Instituto hoje e algumas sugestões. Retirou a sugestão que havia apresentado porque gostou mais do texto da Profa. Kaline. Permanecem, portanto, as sugestões dos Profs. Kaline, Elisabeth, Manfredo e Paulo. A **Profa. Marília Caldas** disse que lhe parece claro que todo mundo veio à reunião principalmente focando nessa possibilidade de ter as vagas de Professor Titular, razão pela qual ela mesma não conseguiu se concentrar nesse último item de pauta. Propôs que o assunto fosse discutido na próxima reunião, o que talvez permitisse que fossem encaminhadas mais sugestões. Considerou isso mais produtivo, que ficasse para uma reunião em junho, até porque a sessão já havia se esvaziado. O **Senhor Diretor** lembrou que tem um detalhe que é que a definição desses itens é o primeiro passo que temos que dar para fazer o processo de estabelecer um projeto Acadêmico. Ou seja, para fazer a análise SWOT, para discutir os objetivos estratégicos e tudo o mais, temos que ter definida a missão, a visão e os valores. A **Profa. Marília caldas** propôs então que fosse feito esse conjunto no final de junho. O **representante discente Zeca de Carvalho** disse que concordava que a reunião parecia um pouco esvaziada e que boa parte dos membros não se inteirou dessa discussão, e que sente que o próprio Instituto não se inteirou tanto dessa discussão que é bastante importante; entende que é o primeiro passo, que tem uma certa celeridade mas devido às condições da Congregação de hoje, de tudo o que aconteceu, seria ruim votar esse item nesse momento. Além disso, caso seja votado, acha que as propostas não estão tão destoantes, mas que o Prof. Manfredo soube bem pegar algumas sutilezas importantes, principalmente a menção explícita de formar para o Magistério, que considera bastante importante que esteja explícita na nossa visão e missão. No entanto, a princípio, acha que essa discussão deva ser adiada e, se possível, ser convocada uma Congregação aberta para discussão da comunidade do Instituto como um todo e uma discussão mais profunda ao longo desses dois meses



## A T A S

até agosto. O **Prof. Adriano Alencar** disse discordar de alguns pontos. Disse que existem subcomissões que estão fazendo a análise SWOT da graduação, pós-graduação, pesquisa que não podem ficar aguardando a definição da missão, visão e valores. Acha que temos que fazer uma discussão com algum resultado para encaminhar a essas subcomissões a fim de terem um norte, usarem essas definições como uma pedra fundamental. O **Prof. Manoel Tabacniks** disse que boa parte da missão e da visão do Instituto foram retiradas do próprio Estatuto da USP com uma redação um pouco mais elaborada. A **Profa. Márcia Fantini** lembrou que foi solicitada entrega até dezembro de 2016 ou 2017 do projeto acadêmico dos departamentos. A FAP entregou o seu projeto. O que tinha entendido do processo era que os projetos acadêmicos dos departamentos iriam nortear uma coisa mais geral, a ser comandada pela direção, para depois fazer o do Instituto. Disse que, talvez para agilizar essa discussão, seria bom que os departamentos tivessem seus projetos acadêmicos e que fossem enviados à Comissão de Pesquisa e que se desse continuidade a isso, para que se trouxesse para a Congregação um documento finalizado. O **Senhor Diretor** disse que concordava que seria ótimo se os departamentos tivessem seus projetos acadêmicos, mas infelizmente isso não é verdade porque somente a FAP mandou. Solicitou à Profa. Marília que pedisse a palavra e se manifestasse ao microfone vez de ficar se manifestando paralelamente cada vez que alguém fala alguma coisa. A **Profa. Marília Caldas** disse que realmente foi solicitado aos departamentos que elaborassem seus projetos acadêmicos, e que devem ter sido feitos por vários departamentos e que depois foi dito que não precisava que fossem enviados, porém, estão prontos. O **Senhor Diretor** disse que fez uma apresentação no CTA sobre esse processo e sobre o que o projeto Acadêmico deve frutificar que é uma lista de projetos com objetivos e metas, porque é isso que a CPA vai usar para nos avaliar depois. O que viu por exemplo do projeto acadêmico da FAP não contempla exatamente isso que está sendo proposto. Ou seja, tem algumas linhas gerais, fala nos objetivos, mas não tem metas específicas, não tem como mensurar se as metas são atingidas ou não, etc. Então acha que precisamos retrabalhar um pouco isso dentro dessa metodologia que estamos tentando implementar. Disse que entende que está esvaziada a reunião, mas acha que o que podemos fazer, conciliar - porque há diferentes propostas, mas todas apontam na mesma direção - podemos usar esse conceito para nortear o trabalho e fazemos uma reunião extraordinária que só vai poder acontecer daqui 15 dias porque quinta-feira que vem é feriado. O **Prof. Adriano Alencar** disse que se tratava de uma sugestão de juntar algumas propostas. Propôs a seguinte alteração no texto do Prof. Paulo: "Promover, com excelência e de forma integrada," ou seja, basicamente se junta a proposta da Profa. Kaline com a do Prof. Paulo e do Prof. Manoel e começa a reduzir o número de opções. O **Senhor Diretor** disse que achava ótimo, porém, considerava que não temos condições de votar essa proposta agora porque teria que votar cada um dos itens missão, visão e valores, porém, pelo que pode ver tem uma convergência no que foi proposto, a diferença é de forma, de detalhes. Então, podemos usar esse espírito para nortear o trabalho que vai ser feito e daqui a duas semanas fazemos uma Congregação extraordinária para finalizar o texto. O **Senhor Zeca de Carvalho** disse que primeiramente gostaria de alguns esclarecimentos de como vai ser o processo como um todo; a ideia era primeiro aprovar a missão, a visão e quais são os próximos passos e por onde a Diretoria planeja caminhar com eles, em que espaços de discussão isso vai ser colocado. O **Senhor Diretor** disse que os departamentos e as comissões estatutárias estão discutindo isso. Pretende juntar esse material todo, fazer uma depuração e tentar convergir esse trabalho da análise SWOT. Uma vez feita a análise SWOT, vamos estabelecer os objetivos estratégicos do Instituto. O **Senhor Zeca de Carvalho** perguntou



## A T A S

se essa análise SWOT vai ser feita pela Diretoria. O **Senhor Diretor** respondeu que ela vai ser feita pelos departamentos e pelas comissões; a Diretoria também está fazendo uma que abrange administração e outros setores. Disse que a CG está fazendo, a CPG deve estar fazendo, a CPGI está fazendo. Todas as comissões foram devidamente avisadas e deveriam estar fazendo isso e quando recolhermos o resultado de todos, vamos ter um monte de itens: o que fazemos bem, o que fazemos mal, o que é uma ameaça para aquilo que a gente faz, o que é uma oportunidade para melhorarmos a área e então vamos juntar tudo isso e estabelecer objetivos estratégicos com base nesses resultados. Esse resultado vai ser discutido no CTA, na Congregação. O **Senhor Zeca de Carvalho** disse que gostaria de fazer um apelo para que em algum momento desse processo tivesse um espaço aberto para discussão com a comunidade como um todo; dessa maneira difusa às vezes fica um pouco difícil dos estudantes colocarem suas demandas. O **Senhor Diretor** lembrou que os estudantes têm seus representantes no CTA e nos vários colegiados da Unidade. O **Senhor Zeca de Carvalho** finalizou dizendo que fazia esse apelo e esclarecia que os estudantes têm interesse de determinar objetivos e metas para os próximos anos do nosso Instituto. O **Senhor Diretor** informou que haverá uma reunião da Congregação no dia 07 de junho. Nada mais havendo a ser tratado, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h12 minutos e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo Senhor Diretor. São Paulo, 24 de maio de 2018.



A Congregação, em sua 543ª Sessão  
realizada nesta data, aprovou o referido  
pedido 777

São Paulo, 30/08/18



Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum  
Assistente Técnico Acadêmico

